



## Relatório de Pilar 3

---

Em atendimento aos requisitos estabelecidos na Circular BCB 3.930/19, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3, apresentamos neste documento a descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação da Diretoria Colegiada do Sicoob Central ES, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes.

As informações contidas neste relatório são relativas ao ano de 2020.

### **Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição**

Apresentamos a seguir a Tabela OVA, com o descritivo dos campos que vão de “a” até “h” os quais dão uma visão geral do gerenciamento de risco desta instituição

- (a) A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES é uma instituição financeira cooperativa, sociedade de responsabilidade limitada, de natureza civil e sem fins lucrativos, integrante do Sistema Cooperativo Sicoob que iniciou suas atividades em 06/06/1989. Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, cabendo-lhe o que segue:
- 1) coordenar as ações do SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, atuantes nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia o qual, para efeitos de seu estatuto e demais normativos emanados do SICOOB CENTRAL ES, é integrado pelo SICOOB CENTRAL ES e pelas Cooperativas de Crédito singulares localizadas no Estado do ESPÍRITO SANTO, a ele associadas;
  - 2) difundir e fomentar o cooperativismo de crédito, orientando a organização de novas cooperativas singulares e a reorganização das existentes;
  - 3) orientar a aplicação dos recursos captados pelas cooperativas singulares associadas, de forma que estejam em consonância com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil;
  - 4) representar o SICOOB no ESPÍRITO SANTO como um todo perante o segmento cooperativo, Sistema Financeiro Nacional e demais organismos governamentais e não governamentais;
  - 5) buscar fonte alternativa de recursos para fomentar as atividades creditícias das cooperativas singulares associadas;



### Relatório de Pilar 3

---

- 6) promover treinamento de membros de órgãos estatutários e de empregados das cooperativas singulares associadas;
- 7) prestar, às cooperativas singulares associadas, orientações gerencial, de crédito, administrativa, de informática, financeira, social, operacional e de comunicação social, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições;
- 8) realizar e divulgar, semestralmente, o balanço combinado do SICOOB no ESPÍRITO SANTO;
- 9) cooperar e estabelecer intercâmbios e convênios com entidades congêneres nacionais e internacionais;
- 10) representar as cooperativas singulares associadas nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Banco Cooperativo do Brasil S/A, o Sicoob Confederação ou com quaisquer outras instituições públicas ou privadas;
- 11) elaborar convenções coletivas de trabalho, ajuizar dissídios coletivos, votar em assembleias gerais do respectivo sindicato patronal e representar as associadas nos processos de negociação coletiva e indicar representantes para compor comissões de negociação;
- 12) delegar poderes ao respectivo sindicato patronal, praticar quaisquer atos de interesse das associadas, especialmente com o fim de prevenir responsabilidade e prover a conservação e a ressalva dos seus direitos;
- 13) praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições, inclusive financeiras;
- 14) aplicar os recursos captados no mercado financeiro, visando a rentabilização e a preservação do poder de compra dos associados.

No modelo de negócios mantido pela Cooperativa, os principais riscos incorridos são os descritos a seguir:

Capital; Crédito; Mercado e IRRBB; Liquidez; Operacional; Socioambiental; Conformidade (Compliance); estratégico e Reputação.

O perfil de risco do Sicoob Central ES está adequado ao seu modelo de negócios, e seus limites regulamentares e gerenciais estão estabelecidos na sua Declaração de Apetite aos Riscos.



### Relatório de Pilar 3

---

(b) A estrutura de governança de riscos da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos:

Estrutura Centralizada no Sicoob Confederação de Gestão Integrada de Riscos e Capital, nos termos do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) definir políticas, manuais, procedimentos e sistemas para o gerenciamento de riscos e capital das entidades do Sicoob;
- 2) definir e acompanhar os indicadores de riscos e capital, regulamentares e gerenciais;
- 3) providenciar o relacionamento com órgãos de supervisão externa e interna;
- 4) prestar suporte técnico às entidades de 1º e 2º níveis;
- 5) reportar, aos órgãos de governança competentes, as informações referentes ao gerenciamento de riscos e de capital das entidades do Sicoob.

O Conselho de Administração das entidades e na ausência deste à diretoria, nos termos do artigo 48 da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, as políticas, estratégias de gerenciamento de riscos e de capital, bem como fixar os limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS);
- 2) assegurar a aderência da entidade às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos estabelecidos;
- 3) definir o diretor responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital;
- 4) fazer recomendações de aperfeiçoamento das políticas, manuais, sistemas e procedimentos relacionados a gestão de riscos e capital;
- 5) assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital;
- 6) autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos e aos limites e níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- 7) promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na entidade;
- 8) assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, de forma independente, objetiva e efetiva;



### Relatório de Pilar 3

---

- 9) garantir que a estrutura remuneratória adotada pela entidade, não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- 10) assegurar que a entidade mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.

A Diretoria de Riscos, nos termos do artigo 44 da Resolução CMN nº 4.557/17, que tem como atribuições:

- 1) supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- 2) subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o Conselho de Administração;
- 3) implementar e executar os procedimentos descritos nas políticas e nos manuais relativos ao tema;
- 4) responsabilizar pela adequação da entidade aos limites estabelecidos na RAS e aos objetivos estratégicos da entidade, das políticas, dos processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- 5) supervisionar os processos e controles relativos à apuração dos montantes RWA e ao requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR);
- 6) reportar, aos órgãos de governança competentes, as informações referentes ao gerenciamento de riscos e de capital;
- 7) responsabilizar pela capacitação adequada dos empregados acerca das políticas, dos relatórios, sistemas e modelos da estrutura de gerenciamento de riscos.

A Diretoria Colegiada do Sicoob Central ES, que nos termos de seu Estatuto Social tem as seguintes atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos além das já mencionadas:

- 1) Promover a supervisão geral do SICOOB no ESPÍRITO SANTO, assim definido no estatuto social, mantendo serviços de apoio técnico e de orientação para as cooperativas singulares filiadas;
- 2) Aderir às políticas, às diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;
- 3) Implantar e implementar uma estrutura de controles internos mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da *Central*, bem como estabelecer os objetivos e procedimentos a eles



### Relatório de Pilar 3

---

pertinentes e verificar de forma sistemática a adoção e o cumprimento destes procedimentos

O Comitê de Auditoria, Controles Internos, Risco e Compliance do Sicoob ES é um órgão de caráter consultivo e orientação estratégica da Diretoria Colegiada da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES e tem como objetivo assessorar a Diretoria quanto ao exercício de suas funções no que se relaciona à supervisão, de forma a assegurar a efetividade dos respectivos processos, monitoramento e avaliação de controles internos, gestão dos riscos, acompanhamento das auditorias, fiscalização e de Prevenção à Fraudes e à Lavagem de Dinheiro. Este comitê, nos termos de seu Regimento Interno, tem as seguintes atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos:

- 1) avaliar as estruturas de controles internos para a gestão de riscos e avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno;
  - 2) avaliar propostas de criação e revisão de políticas relacionadas à gestão de riscos;
  - 3) recomendar a instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
  - 4) comunicar à Diretoria, no prazo máximo de cinco dias da data em que tomar conhecimento da existência ou de evidências de erro ou fraude, ainda não devidamente tratados pelo sistema, representadas por: i) inobservância de normas legais e regulamentares; ii) fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes estatutários; iii) fraudes relevantes perpetradas por funcionários ou terceiros; iv) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis.
- (c) A estrutura centralizada no Sicoob Confederação de gestão integrada de riscos e capital em conjunto com governança de riscos da entidade possui os meios de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição descritos a seguir:
- 1) cursos presenciais sobre gerenciamento de riscos e capital;
  - 2) Manuais de Instruções Gerais (MIGs):
    - 2.1. Gerenciamento de Capital
    - 2.2. Plataforma de Risco de Crédito
    - 2.3. Risco Operacional
    - 2.4. Risco Socioambiental
    - 2.5. Risco de Liquidez
    - 2.6. Risco de Mercado



## Relatório de Pilar 3

---

### 3) Políticas:

- 3.1. Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira
- 3.2. Política Institucional de Gerenciamento de Capital
- 3.3. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito
- 3.4. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez
- 3.5. Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado
- 3.6. Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e de Capital
- 3.7. Política Institucional de Resolução de Cooperativas do Sicoob em Risco de Descontinuidade
- 3.8. Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental
- 3.9. Política Institucional de Risco Operacional

(d) O Sicoob Confederação, por meio da Superintendência de Gestão de Riscos e Capital, com reporte ao Diretor de Desenvolvimento e Supervisão é o responsável pela gestão centralizada e integrada de riscos e capital das entidades do Sicoob, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital, os quais possuem manuais próprios, estabelecendo padrões para as respectivas instrumentalizações.

Por meio da Gestão Integrada de Riscos, o Sicoob busca explicitar o apetite a risco das Entidades, conhecer e buscar as oportunidades de ganho, bem como identificar e mitigar as perdas, mensurar e avaliar os riscos de forma integrada e promover a união entre controles internos, segurança da informação, auditoria e processos.

São implementados mecanismos que possibilitam a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pelas entidades, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos de capital;

A entidade possui metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos regulamentares e que refletem o seu apetite a risco, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente.

A entidade possui Plano de Capital, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;

São realizados Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital da entidade;



### Relatório de Pilar 3

---

Estão disponíveis relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

(e) O reporte de riscos à Diretoria Colegiada da entidade ocorre de forma permanente, tendo as responsabilidades sobre a comunicação de cada ente participante descrita nos manuais de instruções gerais (MIG) e nas políticas de cada risco, sendo as principais descritas abaixo:

1) Diretoria Colegiada (em substituição ao CA):

1.1. informar, tempestivamente, à área responsável pelos riscos da Confederação, no caso de a cooperativa ser uma Central, e informar à Central a qual está filiada, no caso de a cooperativa ser uma Singular, qualquer evento que possa provocar impacto no capital da cooperativa, gerando desenquadramento nos níveis do capital regulamentar.

2) Diretoria:

2.1. reportar à Diretoria Colegiada sobre qualquer evento que produza impacto no capital da entidade;

3) Área de Riscos:

3.1. informar ao Diretor Executivo sobre qualquer evento que produza impacto no capital da entidade;

(f) Para o Teste de Estresse aplicado na estrutura de capital da entidade, foi criada uma base de dados contendo os registros de operações que são realizadas e que produzem exposição ao risco, foram usados de forma integrada os dados da inadimplência das operações de crédito contratadas e seu respectivo impacto no fluxo de caixa, foram utilizados também os saldos das contas de Receitas que causam impacto no PR da cooperativa ajustados negativamente. Foram utilizadas as exposições ao risco de mercado e IRRBB da cooperativa e sua exposição ao risco de liquidez, sendo relacionadas através do cálculo em conjunto das exposições ao risco dos instrumentos que compõem as carteiras e que produzem impacto direto na RBAN e no PR da cooperativa.

Compõem a base de dados as exposições ao risco socioambiental da cooperativa e seu respectivo impacto no risco de mercado e no risco de crédito, considerou-se também os dados do estresse aplicado nas exposições ao risco de mercado da cooperativa e seu impacto negativo direto na respectiva exposição ao risco de crédito, que é um fator de correlação entre os dois riscos.

Os riscos considerados no Teste de Estresse da entidade, nos termos do artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/17, são os que seguem:

1) Riscos Financeiros:

1.1. Os riscos financeiros da entidade residem nos ativos e nos passivos que compõem o balanço, associados às flutuações (ou



### Relatório de Pilar 3

---

volatilidades) nos preços de ativos e dos níveis de taxas, considerando as dimensões de risco de mercado e risco de variação das taxas de juros para instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de crédito e de liquidez;

- 1.2. Risco de Mercado: as posições sujeitas a risco de mercado da cooperativa são apreçadas à valor de mercado diariamente, com base na coleta de preços e taxas de provedores públicos e qualificados, utilizou-se também o Value at Risk (VaR) paramétrico, em que se assume a hipótese de que os retornos dos ativos se comportam como uma distribuição Gaussiana. Neste caso, considerando média zero. É estabelecido um intervalo de confiança de 95% para o VaR na quantificação das exposições ao risco de mercado dos instrumentos que compõem as carteiras da cooperativa. É considerada também a volatilidade de cada ativo, a correlação entre os ativos e seus retornos e os fatores de sensibilidade, que indica a sensibilidade do preço em relação às oscilações das variáveis de mercado;
- 1.3. Risco de Crédito: São considerados para o cálculo das exposições da carteira de crédito, ativos problemáticos, inadimplência, repactuação de operações, recuperação judicial, limites contratados e não tomados, garantias prestadas, Títulos e Valores Mobiliários (TVM), com a análise de debêntures e outros TVM's com característica de crédito mantidos em carteira, entre outros;
- 1.4. Risco de Liquidez: São consideradas as exposições registradas em contas patrimoniais que efetivamente afetam a liquidez da cooperativa incluindo-se ativos fora de balanço, títulos públicos federais livres e negociáveis em carteira própria, aplicações em DI, Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC – DPGE, LFT's, LF's, descasamentos de prazos de ativos e passivos, entre outros;
- 1.5. Risco de variação das taxas de juros para instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB): São consideradas as exposições de todas as operações classificadas na carteira bancária que são sensíveis à variação das taxas de juros, operações ativas, operações passivas entre outras operações com fluxos de caixa claramente definidos, e depósitos sem vencimento ou sem remuneração, também são consideradas transferências de posições entre a carteira banking e a carteira trading.

#### 2) Riscos não Financeiros:

- 2.1. Os riscos não financeiros da entidade envolvem, entre outros aspectos, eventos com potencial de afetar a imagem e a reputação da cooperativa, bem como derivar em perdas financeiras indiretas;





### Relatório de Pilar 3

---

2.2. Risco Socioambiental: as posições sujeitas aos riscos socioambientais foram identificadas nas operações de crédito da cooperativa, e foi avaliado o grau de exposição de cada uma em termos de concentração dos tomadores no total da carteira de crédito da cooperativa. Considerou-se também as exposições relevantes ao risco socioambiental e seu impacto por contraparte no Patrimônio de Referência da cooperativa;

2.3. Risco Operacional: foram consideradas como exposições ao risco operacional da cooperativa as perdas registradas pela cooperativa nos últimos seis semestres e calculadas através da Abordagem do Indicador Básico (BIA) para instituições enquadradas no Segmento S4.

Os pressupostos utilizados na aplicação do Teste de Estresse e que afetam seu resultado são os que seguem:

Todas as posições sujeitas à variação de taxas de juros (taxas de juros prefixadas e taxas dos cupons de moedas estrangeiras, índices de preços e taxa de juros) classificadas na carteira banking e trading são estressadas, as posições por vértices (21 a 2.520 dias úteis) são recalculadas após a aplicação dos choques paralelos na curvas de juros, e o impacto financeiro sobre a RBAN, o Patrimônio de Referência, e demais Indicadores Operacionais da cooperativa é avaliado. Além do impacto sobre o Patrimônio de Referência, as posições estressadas classificadas na carteira de negociação originam novas parcelas de requerimento de capital para risco de taxas de juros (PJUR1, PJUR2, PJUR3, PJUR4).

No caso das taxas prefixadas (PJUR1), a cada curva de juros gerada por um choque, novos parâmetros regulamentares de exigência de capital são calculados.

As eventuais exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos à variação cambial são estressadas, e o impacto financeiro sobre o Patrimônio de Referência e a nova parcela de requerimento de capital (RWACAM) provocados pelas oscilações das taxas de câmbio são recalculados. Assume-se que todas as exposições sujeitas à variação cambial seguem as oscilações percentuais ocorridas para o cenário de estresse do dólar americano.

Ao final, a Análise de Sensibilidade simula o impacto nos índices de capital, RBAN, Índice de Basileia (IB), Índice de Capital de nível I (IPR1), Índice de Capital Principal (ICP), Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e PR, de choques extremos nas principais variáveis econômico-financeiras.

(g) A mitigação dos riscos da entidade resulta das boas práticas descritas em suas políticas e manuais e está alicerçada em alguns pilares fundamentais:

- 1) Adoção e padronização de critérios técnicos de análise e aceitação de risco;
- 2) Tomada de decisões colegiadas;



### Relatório de Pilar 3

---

- 3) Adoção do princípio “Conheça o seu Associado”;
- 4) Monitoramento permanente e integrado dos riscos;
- 5) Planejamento Estratégico robusto e integrado;
- 6) Utilização de uma estrutura técnica especializada e centralizada.

Os pilares descritos estão alicerçados em aspectos indispensáveis para que a estrutura de gerenciamento de riscos funcione como previsto. A adoção de mecanismos padronizados e de critérios formais de decisão reduz a possibilidade de eventos de risco que possam implicar em perdas pela entidade.

- (h) O gerenciamento do capital da entidade é realizado através da atuação da área responsável pela gestão de riscos e capital do Sicoob Confederação, que é a entidade responsável pela estrutura e operacionalização do gerenciamento centralizado de capital das cooperativas do Sicoob, da área responsável pela gestão de riscos e capital da Central a qual a entidade é filiada, e a área responsável pela gestão de riscos e capital da própria entidade.

A estrutura de gerenciamento do capital da entidade, prevê:

- 1) monitoramento e controle do capital da entidade com objetivo de manter o capital de Nível I e o Patrimônio de Referência em níveis compatíveis com os riscos e exposições incorridos;
- 2) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da entidade.
- 3) avaliação prospectiva, buscando a antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- 4) avaliação e reporte dos impactos e dos resultados dos testes de estresse no capital da entidade;
- 5) plano de capital;
- 6) produção de informações gerenciais para a Diretoria Executiva e Diretoria Colegiada da entidade, sobre a estrutura de capital e seus níveis de adequação.

O resultado destes processos é utilizado para realizar a projeção do capital da entidade. Com base nessa estimativa é possível calcular os requerimentos mínimos e as margens de capital de forma prospectiva, os quais são apresentados à Diretoria Colegiada, responsável por deliberar sobre a eventual necessidade de capitalização da entidade.